

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

Demonstrações Financeiras Individuais em 31 de Dezembro de 2019

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

**Demonstração da Posição Financeira Individual
em 31 de Dezembro de 2019 e 2018**

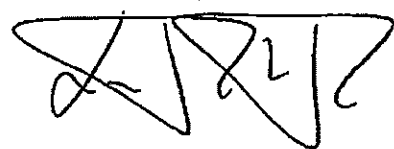
RUBRICAS	NOTAS	(valores em Euros)	
		2019	2018
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	285 554	305 018
Activos Intangíveis	7	0	0
Outros Investimentos	8	39 081	38 374
Créditos a receber	8	0	0
		324 635	343 392
Activo corrente			
Clientes	9	970 374	600 893
Estados e outros entes públicos	10	3 663	33 168
Fundadores/Associados		198	0
Outros créditos a receber	12	2 096 529	2 043 933
Diferimentos	13	177 233	191 939
Activos financeiros detidos para negociação		26 189	26 533
Caixa e depósitos bancários	4	492 566	396 987
		3 766 752	3 293 453
Total do activo		4 091 387	3 636 845
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos	14	355 825	355 825
Resultados transitados	15	756 646	570 039
Ajustamentos/Outras variações em fundos patrimoniais		243 065	243 065
		350 809	186 608
Resultado líquido do período			
		1 706 345	1 355 537
Total dos fundos patrimoniais			
Passivo			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	16	19 225	74 835
		19 225	74 835
Passivo corrente			
Fornecedores	17	413 748	759 263
Estado e outros entes públicos	10	34 656	20 531
Financiamentos obtidos	16	55 611	42 261
Outras dívidas a pagar	18	1 557 968	1 163 359
Diferimentos	19	303 834	221 059
		2 365 817	2 206 473
Total do passivo		2 385 042	2 281 308
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4 091 387	3 636 845

O CONTABILISTA CERTIFICADO



2

A DIRECÇÃO




**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

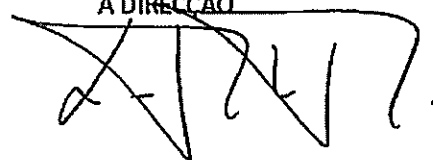
**Demonstração dos Resultados Individual
em 31 de Dezembro de 2019 e 2018**

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	(valores em Euros)	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	20	2 307 962	1 862 251
Subsídio à exploração	21	1 463 649	1 734 707
Fornecimentos e serviços externos	22	-3 140 998	-3 053 994
Gastos com o pessoal	23	-404 888	-400 250
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	34 958	-60 027
Provisões (aumentos/reduções)		0	0
Imparidade de investimentos não depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	11	0	-425
Aumentos/reduções de justo valor		-480	-643
Outros rendimentos	24	179 711	188 896
Outros gastos	25	-35 049	-50 019
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		404 863	220 508
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	6/7	-23 458	-22 461
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		381 405	198 045
Juros e rendimentos similares obtidos	26	233	0
Juros e rendimentos similares suportados	26	-10 381	-6 185
Resultado antes de impostos		371 257	191 860
Imposto sobre o rendimento do período	27	-20 448	-5 252
Resultado líquido do período		350 809	186 608

O CONTABILISTA CERTIFICADO



A DIRECÇÃO



ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA

Demonstração de alterações nos Fundos Patrimoniais
em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

	Fundos	Resultados Transfidos	Ajustamentos/ Outras Variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado Líquido do Período	Total dos Fundos Patrimoniais
Saldo em 1 Janeiro 2018	355 825	273 448	243 065	296 591	1 168 929
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			0		0
Aplicação do Resultado Líquido de 2017		296 591		-296 591	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				186 608	186 608
RESULTADO INTEGRAL		296 591	0	-109 983	186 608
Posição em 31 Dezembro 2018	355 825	570 038	243 065	186 608	1 355 537
Saldo em 1 Janeiro 2019	355 825	570 038	243 065	186 608	1 355 537
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais			0		0
Aplicação do Resultado Líquido de 2018		186 608		-186 608	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO				350 809	350 809
RESULTADO INTEGRAL		186 608	0	164 201	350 809
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO					
Distribuições					
Posição em 31 Dezembro 2019	355 825	756 646	243 065	350 809	1 706 345

O CONTABILISTA CERTIFICADO

A DIRECÇÃO

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

Anexo às Demonstrações Financeiras individuais em 31 de Dezembro de 2019

1 – Informação geral

A ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS – ASSIMAGRA (doravante designada por "Assimagra" ou "Associação") foi fundada em 11 de Setembro de 1975, substituindo o ex-Grémio Nacional dos Industriais de Mármore, Granitos e Cantarlas, assumindo-se como uma associação privada sem fins lucrativos, tendo por objecto representar todos os empresários, que, em Portugal exerçam a indústria dos mármore, granitos e rochas similares ou indústrias afins. A Assimagra procura contribuir activamente para a resolução dos problemas específicos do sector, tendo em vista a maior produtividade e a aplicação de ajustadas práticas comerciais, bem como, a defesa e apoio dos associados. Como forma de divulgar junto dos associados a outras entidades a actividade desenvolvida pela associação, bem como mater uma informação actualizada da evolução do sector face às realidades nacionais e estrangeiras, edita a revista "A Pedra".

As demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação pela Direcção em 20 de Abril de 2020, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia-Geral de Accionistas, nos termos dos estatutos e da legislação em vigor em Portugal.

Os responsáveis da Associação, isto é, os membros da Direcção que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Assimagra.

As Notas deste anexo seguem a ordem pela qual os itens são apresentados nas demonstrações financeiras.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

a) Referencial Contabilístico

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas em conformidade com todas as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) que integram o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho (na sequência da transposição para o ordenamento jurídico Interno da Diretiva n.º 2013/34/UE do Parlamento Europeu e do Conselho). Assim, tais demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas, as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) e as Normas Interpretativas.

b) Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Associação, mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

c) Regime do acréscimo

A Associação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime do acréscimo, pelo qual os rendimentos e ganhos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas de "Devedores e credores por acréscimos e diferimentos".

d) Classificação dos activos e passivos não correntes

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano a contar da data da demonstração da posição financeira são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes. Adicionalmente, pela sua natureza, os 'Impostos diferidos' e as 'Provisões' são classificados como passivos não correntes.

e) Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço, sendo os mesmos divulgados no anexo, a não ser que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

f) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam.

g) Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existam nessa data são, à luz da **NCRF 24 – Acontecimentos após a data do balanço**, reflectidos nas demonstrações financeiras do período de relato. No caso particular da Assimagra, não foram identificados quaisquer casos susceptíveis de influenciar as referidas demonstrações.

h) Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas demonstrações financeiras, quaisquer casos excepcionais que implicassem a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas de contabilidade aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados.

3.1. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Assimagra são apresentadas em euros. O euro é a moeda funcional e de apresentação.

3.2. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, líquido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. Considera-se, como custo de aquisição, os custos

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

directamente atribuíveis à aquisição dos activos (soma do respectivo preço de compra com os gastos suportados directa ou indirectamente para o colocar no seu estado actual e local de uso).

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do activo ou são reconhecidos como um activo separadamente, apenas quando seja provável a existência de benefícios económicos futuros associados ao bem e quando o custo puder ser mensurado com fiabilidade.

Os custos com manutenção programada são considerados como uma componente do custo de aquisição do activo fixo tangível sendo depreciada integralmente até à data prevista da manutenção,

Todos os outros custos de manutenção, conservação e reparação são registados em resultados durante o período financeiro em que são incorridos.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes anuais, a partir da data em que o activo se encontra em condições de funcionamento, utilizando-se as taxas que melhor reflectem as suas vidas úteis estimadas como se segue:

	Nº de Anos
Edifício e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	4 - 8
Outros activos fixos tangíveis	10

Os valores residuais dos activos e as respectivas vidas úteis são revistos e ajustados, se necessário, em cada data de relato. Se a quantia escriturada de um activo fixo tangível for superior ao seu valor recuperável procede-se ao ajustamento do seu valor contabilístico para o seu valor recuperável estimado, mediante o reconhecimento de perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação de activos fixos tangíveis são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do activo, e são reconhecidos na demonstração dos resultados, como outros proventos ou outros gastos operacionais.

3.3. Investimentos financeiros

a) Investimentos em Associadas

Os investimentos financeiros em Empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, em conformidade com a **NCRF 13 – Interesses em Empreendimentos Conjuntos e Investimentos em Associadas**. De acordo com este método, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, sendo a quantia escriturada aumentada ou diminuída para reconhecer a parte da Empresa nos resultados das Empresas associadas, por contrapartida da rubrica de "perdas/(ganhos) em Empresas participadas, e ajustada pelo valor correspondente à participação da Empresa nas variações dos capitais próprios das Empresas associadas. As participações financeiras poderão ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade.

b) Investimentos noutras Empresas

Todas as participações de capital em entidades com as quais não existe um controlo ou influência significativa, encontram-se registadas em conformidade com **NCRF 27 – Instrumentos financeiros**. De acordo com esta norma, as participações encontram-se

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

valorizadas ao custo de aquisição, deduzidos de eventuais imparidades apuradas, sendo reconhecidos como ganhos dos exercícios os dividendos distribuídos por aquelas entidades.

3.4. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é constituído por imposto corrente e imposto diferido, sendo reconhecido de acordo com o preconizado pelo IAS 12.

Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para além do imposto corrente é ainda considerado o efeito do imposto diferido, calculado com base na diferença entre o valor contabilístico dos activos e passivos e o correspondente valor para efeitos fiscais. Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, ou quando existam passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os activos por impostos diferidos sejam revertidos. No final de cada período é efectuada uma avaliação desses activos por impostos diferidos, sendo os mesmos ajustados em função da sua expectativa de utilização futura.

O montante de imposto a incluir quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulta de transacções ou eventos reconhecidos em rubricas de fundos patrimoniais, é registado directamente nestas mesmas rubricas, não afectando o resultado do período.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Assim, as declarações fiscais da Associação dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.5. Clientes e outros créditos a receber

As contas de "Clientes" e "Outros créditos a receber" não têm implícitos juros e são registadas pelo seu valor nominal, sendo subsequentemente deduzidas de ajustamentos por imparidade (se aplicável). As perdas por imparidade dos clientes são registadas, sempre que exista evidência objectiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transacção. As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em "Imparidade de dívidas a receber", sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou deixem de existir.

3.6. Caixa e equivalentes de caixa

Esta rubrica inclui caixa, depósitos à ordem em bancos e outros investimentos de curto prazo que podem ser imediatamente mobilizáveis. Os descobertos bancários são incluídos na rubrica "Financiamentos obtidos", expresso no "passivo corrente".

3.7. Fundo social

O Fundo Social corresponde aos resultados acumulados pela Associação ao longo da sua existência.

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

O valor da rubrica reconhecida em Balanço encontra-se escriturado pelo montante realizado.

3.8. Fornecedores e outras dívidas a pagar

As contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a pagar, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal.

3.9. Financiamentos bancários

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro acordada são registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

Os empréstimos são classificados como passivos correntes, a não ser que a Associação tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data de relato.

3.10. Rédito

O rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços e concessões decorrentes da actividade normal da Associação. O rédito é reconhecido líquido do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), abatimentos e descontos.

3.11. Subsídios

Os subsídios do governo são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Associação cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios atribuídos a fundo perdido para o financiamento de aquisições de activos fixos tangíveis estão registados em balanço em rubrica de fundos patrimoniais e são reconhecidos na demonstração dos resultados de cada exercício, proporcionalmente às depreciações dos activos subsidiados.

Os subsídios à exploração são registados como rendimentos do exercício.

3.12. Imparidade de Activos

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperável, é efectuada uma avaliação da imparidade dos activos. Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração dos resultados na rubrica "Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", ou na rubrica "Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)", caso a mesma respeite a activos não depreciáveis.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obterá com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica supra referida. A reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

3.14 Activos e passivos contingentes

Os activos contingentes são possíveis activos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. A Empresa não reconhece activos contingentes no balanço, procedendo apenas à sua divulgação no anexo se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar forem prováveis. Quando a sua realização for virtualmente certa, então o activo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

Os passivos contingentes são definidos como: (I) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (II) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afecte benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos.

3.15 Juízos de valor e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam o valor contabilístico dos activos e passivos, assim como os rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinadas com base no melhor conhecimento existente à data da aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data da aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por esse motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

4. Fluxos de caixa

A discriminação de caixa e equivalentes de caixa, em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, é como se segue:

RUBRICAS	NOTAS	(valores em Euros)	
		2019	2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de clientes		2 850 683	1 671 228
Pagamentos a fornecedores		(3 509 570)	(2 488 095)
Pagamentos ao pessoal		(400 919)	(371 591)
Caixa gerada pelas operações		(1 059 807)	(1 188 458)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(9 303)	(9 303)
Outros recebimentos/pagamentos		1 213 102	1 102 457
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		143 992	(95 304)
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		3 995	
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares		233	0
Dividendos			
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		4 228	0
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0	31 720
Realização de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(42 260)	(36 600)
Juros e gastos similares		(10 381)	(6 185)
Dividendos			
Redução de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		(52 642)	(11 064)
Variação da caixa e seus equivalentes (1+2+3)		95 578	(106 368)
Efeitos das diferenças de câmbio		0	0
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	396 987	503 356
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	492 566	396 987

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

RUBRICA	31/12/2019	31/12/2018
Numerário	441	1 841
Depósito á Ordem	192 125	95 146
Depósito a Prazo	300 000	300 000
Caixa e seus equivalentes no Balanço	492 566	396 987
Caixa e seus equivalentes na demonstração de Fluxos de caixa	492 566	396 987

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

5. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas e erros

Durante o exercício findo a 31 de Dezembro de 2019 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da Informação financeira relativa ao exercício de 2018, apresentada para efeitos comparativos.

6. Activos fixos tangíveis

Durante o exercício de 2019 o movimento ocorrido no valor dos activos tangíveis bem como nas respectivas amortizações, foi o seguinte:

	Terrénios e Recursos Naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de escritório	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Total
Custo do Imobilizado							
Saldo em 01/01/2019	79 496	269 741	46 247	123 227	170 776	103 047	792 535
Adições					3 995		3 995
Abates							0
Transferências							0
Saldo em 31/12/2019	79 496	269 741	46 247	123 227	174 771	103 047	796 529
Saldo de depreciações acumuladas em 01/01/2019	0	78 094 5 325	46 019	91 263 16 105	169 104 2 028	103 047	417 516 23 458 0
Aumento de depreciações do exercício							
Diminuição de depreciações do exercício	0	83 409	46 019	107 368	171 132	103 047	510 975
Saldo de depreciações acumuladas em 31/12/2019							
Valor Líquido							
Saldo em 01/01/2019	79 496	191 657	228	31 964	1 672	0	305 019
Saldo em 31/12/2019	79 496	186 332	228	15 858	3 639	0	285 554

Durante o exercício de 2018 o movimento ocorrido no valor dos activos tangíveis bem como nas respectivas amortizações, foi o seguinte:

	Terrénios e Recursos Naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento de escritório	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos tangíveis	Total
Custo do Imobilizado							
Saldo em 01/01/2018	79 496	269 741	46 247	107 667	169 354	103 047	775 553
Adições				31 720	1 422		33 142
Abates				-16 160			-16 160
Transferências							0
Saldo em 31/12/2018	79 496	269 741	46 247	123 227	170 776	103 047	792 535
Saldo de depreciações acumuladas em 01/01/2018	0	72 759 5 325	46 019	91 316 16 105	168 074 1 030	103 047	411 217 22 460
Aumento de depreciações do exercício							
Diminuição de depreciações do exercício	0	78 084	46 019	91 263	169 104	103 047	417 516
Saldo de depreciações acumuladas em 31/12/2018							
Valor Líquido							
Saldo em 01/01/2018	79 496	196 982	228	16 349	1 200	0	294 336
Saldo em 31/12/2018	79 496	191 657	228	31 964	1 672	0	305 019

A Associação possui Activos Tangíveis adquiridos através de Leasing financeiro, que em 31 de Dezembro de 2019 têm um valor líquido de 74.836 euros, conforme quadro abaixo:

Activos Tangíveis adquiridos em Leasing	Valor Líquido
Veiculos ligeiros	33 670
Instalações	41 166
Total	74 836

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA

7. Activos Intangíveis

Durante o exercício de 2019 o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis bem como nas respectivas amortizações, foi o seguinte:

Rubrica	Programas de Computador	Total
Vida útil em anos	3	
Custo do Imobilizado		
Saldo em 01/01/2019	9 900	9 900
Adições		
Abates		
Regularizações		
Transferências		
Saldo em 31/12/2019	9 900	9 900
Saldo de depreciações acumuladas em 01/01/2019	9 900	9 900
Aumento de depreciações		0
Diminuição de depreciações		
Saldo de depreciações acumuladas em 31/12/2019	9 900	9 900
Imobilizado Líquido		
Saldo em 01/01/2019	0	0
Saldo em 31/12/2019	0	0

Durante o exercício de 2018 o movimento ocorrido no valor dos activos intangíveis bem como nas respectivas amortizações, foi o seguinte:

Rubrica	Programas de Computador	Total
Vida útil em anos	3	
Custo do Imobilizado		
Saldo em 01/01/2018	9 900	9 900
Adições		
Abates		
Regularizações		
Transferências		
Saldo em 31/12/2018	9 900	9 900
Saldo de depreciações acumuladas em 01/01/2018	9 900	9 900
Aumento de depreciações	0	0
Diminuição de depreciações		
Saldo de depreciações acumuladas em 31/12/2018	9 900	9 900
Imobilizado Líquido		
Saldo em 01/01/2018	0	0
Saldo em 31/12/2018	0	0

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

8. Participações financeiras e créditos a receber

Esta rubrica é constituída essencialmente, por investimentos em associadas, que se encontram registadas pelo método de equivalência patrimonial e também por investimentos em outras empresas que não têm preço de mercado cotado num mercado activo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo custo de aquisição, não tendo sido reconhecidas quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, esta rubrica inclui os seguintes investimentos:

Rubrica	31/12/2019	31/12/2018
Participações de capital em associadas - M.E.P.	0	0
Empréstimos concedidos	14 579	14 579
Investimentos noutras empresas	37 060	37 060
Fundos de compensação do trabalho	2 021	1 313
Perdas por imparidade em Investimentos Financeiros	-14 579	-14 579
Total	39 081	38 374

Em 31 de Dezembro de 2019, a Associação detém as seguintes participações financeiras:

<u>Empresas associadas:</u>				
EDC Mármores - Empr.Gest.Ar.Dep.Comum Marm. SA	(831 954)	(51 158)	43	129 000
<u>Outras Empresas:</u>				
CEVALOR			1,755	14 964
ESTER			4,642	4 990
(PQ)- Instituto Português da Qualidade (APCER)			0,416	3 741
ADRAL-Ag. Desenvolvimento Regional do Alentejo			0,222	998
APCER				12 368

9. Clientes

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Clientes" tinha a seguinte composição:

RUBRICA	31/12/2019		31/12/2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Clientes - Conta corrente	1 364 513		1 029 990	
Clientes - Partes relacionadas	11 400		11 400	
Clientes - Cobrança duvidosa	40 203		40 203	
Clientes - Outros				
Ajustamentos por imparidade de clientes	-445 742		-480 700	
Total	970 374	0	600 893	0

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

A antiguidade dos saldos de clientes a 31 de Dezembro de 2019 e 2018, apresentava-se como segue:

Antiguidade de Saldo de Clientes	2019	2018
Menos de 180 dias	428 897	372 022
Mais de 180 dias	987 220	709 571
Ajustamentos por imparidade acumulados	-445 742	-480 700
Total	970 374	600 893

Os movimentos ocorridos durante o anos de 2019 e 2018 na rubrica de imparidade de contas a receber teve o seguinte detalhe:

	2019	2018
Saldo Inicial	480 700	497 264
Aumentos	25 114	122 721
Desreconhecimento de ativos por imparidade		-77 811
Reduções	-60 072	-62 694
Outros ajustamentos		1 220
Saldo Final	445 742	480 700

Os aumentos e reduções de Imparidades de clientes estão relacionados com a avaliação da Imparidade de contas a receber segundo os critérios adoptados pela Associação. O desreconhecimento de ativos por imparidade dizem respeito à utilização direta de imparidades com clientes, relativas a dividas Incobráveis que se encontravam totalmente provisionadas.

10. Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Estado e outros entes públicos" no activo e no passivo, apresentava os seguintes saldos:

RUBRICA	31/12/2019	31/12/2018
Activo		
Imposto sobre o Rendimento - IRC	1 476	994
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA	2 186	32 022
Outros impostos e taxas		152
Total	3 663	33 168
Passivo		
Imposto sobre o Rendimento - IRC	20 448	5 252
Imposto sobre o Valor Acrescentado - IVA		
Imposto sobre o Rendimento - IRS	6 624	7 479
Segurança Social	7 585	7 800
Outros impostos e taxas		
Total	34 656	20 531

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

11 – Partes relacionadas

Para efeitos de apresentação das demonstrações financeiras, são consideradas partes relacionadas todas as filiais, associadas e restantes empresas em que a Associação detém participações, de acordo com o IAS 24.

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 os saldos com entidades relacionadas apresentam a seguinte composição:

Entidades	Saldo 2019					
	Contas de Clientes	Outras Contas a Receber	Contas de Fornecedores	Outras Contas a Pagar	Empréstimos Concedidos	Provisões e Imparidade
Empresas associadas: EDG Mármores - Empr.Gest.Ar.Dep.Comum Márm. SA	11 400				14 579	25 979
Total	11 400	0	0	0	14 579	25 979

Entidades	Saldo 2018					
	Contas de Clientes	Outras Contas a Receber	Contas de Fornecedores	Outras Contas a Pagar	Empréstimos Concedidos	Provisões e Imparidade
Empresas associadas: EDG Mármores - Empr.Gest.Ar.Dep.Comum Márm. SA	11 400				14 579	25 979
Total	11 400	0	0	0	14 579	25 979

12. Outros créditos a receber

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, a rubrica "Outros créditos a receber" tinha a seguinte composição:

RUBRICA	31/12/2019		31/12/2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Adiantamento a fornecedores				
Adiantamentos ao pessoal				
Devedores por acréscimos de rendimentos	2 049 199		2 002 159	
Outros devedores	47 330		41 774	
Ajustamentos por imparidades	0		0	
Total	2 096 529	0	2 043 933	0

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

A Rubrica "Devedores por acréscimos de rendimentos" em 31 de Dezembro de 2019, tem a seguinte decomposição:

	Projecto	Ano Execução	observações	Valor
QREN	PA2/Projectos Integrados	2015	b)	38 136
QREN	STONE PT -45	2015	b)	74 955
QREN	Barómetro Mármore - 002	2015	a)	9 243
QREN	Primeira Pedra -15107 (POCI-SIAC)	2015	a)	81 072
QREN	linked by Stone (16251)	2016	a)	31 084
QREN	INTERSTONE 2017/2018	2017	a)	826 466
QREN	Enterprise (prj 16225)	2017	a)	85 184
QREN	Formação Acção (FSE)	2017	a)	14 635
QREN	Primeira Pedra II (37673)	2018	a)	365 472
QREN	S.TONE	2018	a)	93 359
QREN	Marble Fashion Design	2019	a)	1 392
QREN	INTERSTONE 2019/2020	2019	a)	428 200
Total				2 048 199

- a) Valor respeitante à parte das despesas já incorridas pela Assimagra.
b) Valor respeitante à análise dos protocolos de adesão aos projectos assinados pelas empresas.

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, não se registaram movimentos na rubrica "Perdas por imparidade acumuladas de outros devedores".

13. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2019 a rubrica de diferimentos inclui essencialmente os gastos com feiras de 2020 e os gastos a reconhecer no exercício seguinte relativos a seguros a liquidar.

14. Fundo Social

Em 31 de Dezembro de 2019 o Fundo Social da Associação subscrito pelos associados era de 355.825 euros. Nos exercícios de 2019 e 2018 não se registaram movimentos de associados nesta rubrica.

15. Resultados transitados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 30 de Abril de 2019, foram aprovadas as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 e foi decidido que o resultado líquido referente a esse exercício fosse integralmente transferido para a rubrica de Resultados Transitados.

Esta rubrica inclui ainda os prejuízos contabilísticos apurados em períodos anteriores.

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

16. Financiamentos obtidos

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 os saldos desta rubrica apresentavam-se como segue:

Tipo Financiamento	2019		2018	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Empréstimos bancários				
Locações Financeiras Millenium BCP	55 611	19 225	42 261	74 835
Total	55 611	19 225	42 261	74 835

O detalhe das responsabilidades com locações financeiras discrimina-se como segue:

	Data fim	montantes em dívida	
		até 1 ano	de 1 a 5 anos
BCP - Contrato 3364	2020	20 203	0
BCP - Contrato 3365	2020	20 963	0
BCP - Contrato 122748	2022	3 973	8 082
BCP - Contrato 122749	2022	3 749	7 626
BCP - Contrato 2869	2021	6 722	3 518

17. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Fornecedores" tinha a seguinte composição:

RUBRICA	31/12/2019	31/12/2018
Fornecedores - contas correntes	413 748	759 263
Fornecedores - Conta títulos a pagar		
Fornecedores - Subsidiárias		
Fornecedores - Outras partes relacionadas		
Total	413 748	759 263

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

18. Outras dívidas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica "Outras dívidas a pagar" não corrente e corrente tinha a seguinte composição:

RUBRICA	31/12/2019		31/12/2018	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Remunerações a pagar	57 552		53 583	
Credores por acréscimos de gastos	14 700		1 496	
Credores diversos - projectos	1 343 725		1 062 438	
Outros	141 990		45 841	
Total	1 557 968	0	1 163 359	0

A rubrica "Credores Diversos" respeita fundamentalmente a adiantamentos efectuados pelo Instituto Apoio PME Inovação referentes aos Projectos 26344/2017 e 38085/2019 Interstone (Nota 12), cuja repartição desses valores pela Assimagra e pelos Associados será definida com o encerramento dos Projectos.

19. Diferimentos

A rubrica de diferimentos inclui essencialmente o excesso da facturação acumulada face aos créditos acumulados reconhecidos na demonstração dos resultados, relativamente a serviços prestados a clientes com feiras a realizar em 2020. Este saldo é corrente uma vez que se espera ser reconhecido durante os próximos doze meses.

20. Prestações de serviços

As prestações de serviços nos períodos de 2019 e de 2018 foram como segue:

	2019	2018
Prestações de serviços		
Mercado interno	2 236 659	1 862 251
Mercado externo	71 303	
	2 307 962	1 862 251

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

21. Subsídios á exploração

O saldo desta rubrica nos períodos de 2019 e de 2018 é detalhado como segue:

Programa	2019	2018
COMPETE - SIAC		(54 452)
INTERSTONE	620 028	821 967
PRIMEIRA PEDRA	669 356	324 730
Linked by Stone	0	238 086
Enterprise	-	312 555
Formação - Ação	33 988	51 206
S.Tone	138 885	40 614
Robominers	1 392	
	1 463 649	1 734 707

22. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos fornecimentos e serviços externos nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Rubrica	31/12/2019	31/12/2018
Serviços especializados	2 667 020	2 608 202
Publicidade e propaganda	1 661	594
Livros e documentação técnica	0	41
Honorários	5 996	10 997
Conservação e reparação	1 139	3 084
Ferramentas e utensílios	12 193	8 181
Material escritório	1 955	2 171
Energia e fluidos	9 802	11 807
Deslocações e estadas	267 707	289 293
Transportes pessoal e mercadorias	115 109	43 763
Rendas e Alugures	5 363	5 627
Comunicação	11 193	10 090
Seguros	6 987	3 571
Contencioso e Notariado	0	554
Despesas Representação	30 563	24 734
Limpeza, Higiene e Conforto	196	917
Outros Fornec e Serviços	4 115	30 359
Total	3 140 999	3 053 984

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

23. Gastos com o pessoal

A repartição dos gastos com o pessoal nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Rubrica	31/12/2019	31/12/2018
Remunerações do Pessoal	328 895	332 639
Encargos sobre Remunerações	75 992	65 612
Seguros de Acidentes no Trabalho	0	1 724
Outros gastos com o Pessoal		275
Total	404 888	400 250

24. Outros rendimentos

Os outros rendimentos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foram como segue:

Rubrica	31/12/2019	31/12/2018
Quotizações	144 365	162 440
Dividendos	5 672	3 974
Diferenças de câmbio favoráveis		
Alienações		813
Outros rendimentos suplementares		
Outros rendimentos e ganhos	29 674	21 669
Total	179 711	188 896

25. Outros gastos

Os outros gastos, nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2019 e de 2018, foram como segue:

Rubrica	31/12/2019	31/12/2018
Impostos e taxas	4 687	5 399
Gastos e perdas em outros Invest. Financeiros	0	78
Outros gastos e perdas	30 361	44 541
Total	35 049	50 019

A rubrica "outros gastos" diz respeito essencialmente a quotizações pagas pela Associação e a Donativos.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA

26. Resultados financeiros

Os resultados financeiros, nos períodos de 2019 e de 2018, tinham a seguinte composição:

	2019	2018
Juros obtidos	233	
Diferenças de câmbios favoráveis		
Outros rendimentos similares		
Total juros e rend. similares obtidos	233	-
Juros suportados	1 529	1 677
Diferenças de câmbios desfavoráveis	3 298	80
Outros gastos e perdas de financiamento	5 555	4 428
Total juros e rend. similares suportados	10 381	6 185

27. Imposto sobre o Rendimento

A Associação encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) à taxa especial de 21%.

Acresce ainda que nos termos do artigo 81.º do Código do IRC, a Associação encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos devidamente identificados às taxas previstas no artigo supra mencionado.

De acordo com o artigo 45.º da Lei Geral Tributária, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos, excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos poderão ser prolongados ou suspensos de acordo com o artigo 46.º da mesma Lei.

A Direcção da Associação entende que eventuais correcções às declarações fiscais, resultantes de revisões ou inspecções por parte da Administração Fiscal não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2019.

Nos termos do artigo 47.º do Código do IRC, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de quatro anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

Os Impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios de 2019 e 2018 são detalhados da seguinte forma:

**ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS
ASSIMAGRA**

	2019	2018
Imposto Corrente		
Colecta	17 143	2 516
Derrama		
Tributações autónomas	3 304	2 737
Benefício Fiscal		
	20 448	5 252
Imposto Corrente de exercícios anteriores		
Imposto Diferido Activo		
Imposto Diferido Passivo		
Total	20 448	5 252

28. Compromissos / Garantias prestadas

Em 31 de Dezembro de 2019, a Associação não possui nenhuma obrigação ou compromisso extra contabilístico, além dos registados no balanço.

29. Eventos subsequentes

À data do presente relatório é espectável que o impacto do covid 19 na atividade da Assimagra seja praticamente nulo em termos de resultados, em virtude das faturações de prestações de serviços que não ocorrerão em 2020 no valor de cerca de 600.000€ em virtude do adiamento de alguns eventos, mas as despesas também não ocorrerão em valor praticamente similar. Toda a restante atividade resultante de projetos se manterá.

Após o encerramento do exercício, e até à elaboração do presente relatório, não se registaram outros factos susceptíveis de modificar a situação relevada nas contas, para efeitos do disposto na alínea b) do n.º 5 do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

30. Informações exigidas por diplomas legais

A Direcção informa que a Associação não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto nº 411/91, de 17 de Outubro, a Direcção informa que a situação da Associação perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Não foram concedidas quaisquer autorizações nos termos do Artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que nada há a indicar para efeitos do n.º 2, alínea e) do Artigo 66º do Código das Sociedades Comerciais.

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS (Associação) que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 4.091.387 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.706.345 euros, incluindo um resultado líquido de 350.809 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS INDUSTRIAIS DE MÁRMORES, GRANITOS E RAMOS AFINS (ASSIMAGRA) em 31 de dezembro de 2019 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Associação nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

A realização do valor de 2.049.199 euros, respeitante a acréscimos de rendimentos (Nota 12), ocorrerá com os pedidos de pagamento e conclusão dos projetos apresentados no âmbito dos sistemas de incentivos à qualificação PME. A nossa opinião não é modificada por esta matéria.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Associação de acordo com Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro do Sistema de Normalização Contabilística;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Associação de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que a auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Associação;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

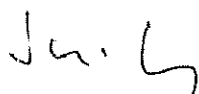
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Associação para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Associação descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

Sobre o relatório de atividades

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais

Lisboa, 15 de maio de 2020



KRESTON & ASSOCIADOS - SROC, LDA.
Representada por João José Lopes da Silva